

Gois quer orçamento menos rígido

Josemar Gonçalves 12.03.87

O Congresso Nacional poderá começar a votar hoje à noite o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1992 sem que a maior parte dos parlamentares tenha tomado conhecimento do texto encaminhado pelo governo e das modificações feitas pelo relator, deputado Messias Gois (PFL-SE). Somente ontem, depois das 18h00, Gois entregou ao presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO), o substitutivo de 55 artigos distribuídos ao longo de 23 páginas de seu relatório sobre a proposta do governo. No relatório, Messias Gois torna mais fácil a transferência de recursos da União para estados e municípios e dá mais liberdade ao governo para lançar títulos no mercado a fim de pagar a dívida externa.

Embora o projeto da LDO tenha chegado ao Congresso no dia 15 de abril, como manda a Constituição, a Comissão Mista não se reuniu nenhuma vez para discutir as alterações propostas em mais de 1.200 emendas apresentadas por deputados e senadores. Ronaldo Aragão convocou a Comissão para hoje de manhã na tentativa de aprovar o parecer do relator. Se não houver acordo, o presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-



Gois: relatório de 23 páginas

CE), deverá requisitar o parecer para votação diretamente em plenário, dispensando o trabalho da Comissão.

Tamanha pressa se explica pelo início do recesso Legislativo, previsto para a próxima segunda-feira. A Constituição estabelece que a LDO — a lei que fixa as diretrizes a serem seguidas na elaboração do orçamento do governo para o próximo ano — tem que ser vota-

da até 30 de junho de cada ano, e que, se isso não ocorrer, deputados e senadores não podem iniciar suas férias até aprovarem o projeto numa série de sessões extraordinárias. Por essa razão, pouca gente no Congresso duvida de que, até o final da semana, a LDO estará aprovada, apesar da obstrução que o PT e o PDT pretendem fazer.

Os dois partidos, na verdade, querem apenas negociar a aprovação de um ou outro projeto de seu interesse — como a ampliação dos aumentos salariais para funcionários públicos.

O projeto encaminhado pelo governo estabelecia que o orçamento para 1992, a ser votado pelo Congresso no segundo semestre, deveria ser elaborado de modo a reduzir em 10% as despesas de custeio, em relação a 1991, e de maneira a garantir um superávit nas contas do governo equivalente a 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Esses pontos foram mantidos pelo relator, mas Messias Gois incluiu no texto dispositivos que permitirão ao Congresso elaborar um orçamento menos rígido para 1992. O substitutivo permite, por exemplo, que o governo transfira aos estados e municípios um volume de recursos maior que o originalmente previsto.